

Trabalhadores, ditaduras e historiografias

Lucas Porto Marchesini Torres*

CORRÊA, Larissa; ESTEVEZ, Alejandra; FONTES, Paulo; SALES, Jean. *Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul (1964-1990)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

Palavras-chave: trabalhadores; ditaduras; historiografia.

Os regimes de exceção que irromperam em quase toda América Latina a partir dos anos 1960 espalharam autoritarismo no continente e legaram à sua história um número aterrador de mortos, desaparecidos, exilados, torturados. A dramaticidade desses muitos casos é comovente e exige denúncias, além de reparação. Porém, o número de pessoas que nunca manifestaram oposição frontal a esses regimes e também foram vítimas de perseguições é bastante maior. Os efeitos dessa violência de contabilização difícil têm, em igual medida, profundas repercussões históricas e sociais. Diferente do que pregam seus defensores e entusiastas, antes e também agora, os golpes de Estado que implantaram tais regimes não se voltavam contra um comunismo ameaçador, muitas vezes inflacionado ou intencionalmente superestimado para justificá-los: foram golpes contra os trabalhadores e contra políticas sociais que os atendiam. Os efeitos disso se fizeram sentir de imediato (prisões, assassinatos, cassação de parlamentares trabalhistas), bem como a médio (intervenção contínua nos sindicatos) e longo prazos (perda de direitos, arrocho salarial etc.). Essa demonstração pode não ser tão nova, pelo menos no campo historiográfico, mas exige constante reafirmação, especialmente nos dias de hoje e para além do âmbito acadêmico.

É em torno desse mérito que se conectam as páginas de *Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul (1964-1990)*, coletânea que reúne textos apresentados em um congresso homônimo, realizado em 2015 no Rio de Janeiro. O livro oferece valiosos aportes para a percepção sobre como o autoritarismo classista daqueles regimes afetou as classes trabalhadoras e de como tem sido compreendido e debatido pela historiografia em diferentes países. Seus artigos analisam o lugar ocupado pelos trabalhadores nas páginas da historiografia chilena, brasileira e argentina, com capítulos de Angela Vergara, Omar Acha, Victoria Basualdo, Larissa Corrêa e Paulo Fontes, e apresenta pesquisas sobre temas específicos, como a resistência de trabalhadores e estudantes paraguaios aos termos da construção da usina de Itaipu (capítulo de Carlos Floretín), as respostas do sindicalismo uruguaio à ditadura (de Rodolfo Porrini) e as condições de trabalho dos operários da construção civil no Brasil (Pedro Campos). Trata-se de uma publicação que

* Doutorando em História Social na Unicamp, bolsista Fapesp. E-mail: lucaspmt@hotmail.com.

amplia os debates acadêmicos sobre as consequências históricas das ditaduras do Cone Sul e abre perspectivas valiosas para uma história comparada.

A principal janela de compreensão histórica aberta pelo livro permite vislumbrar com nitidez a convergência de interesses entre setores militares e da sociedade civil durante a vigência dos regimes de exceção em cada país analisado. No Brasil, como exemplifica com precisão o capítulo de Campos, os trabalhadores sofreram pesadamente com péssimas condições de trabalho, além dos salários baixos e onerados, no auge da ditadura e mais ainda na sua crise. Sem fiscalização efetiva e com sindicatos sob intervenção, era mais lucrativo para as grandes empreiteiras deixar de investir em segurança no trabalho, já que licenças ocasionadas por acidentes e doenças eram majoritariamente pagas pelos próprios trabalhadores, e não por patrões, através de poupanças compulsórias. Por exemplo, nas escavações do metrô de São Paulo, nos anos 1970, chegam a quase 60 mil os casos de intoxicações respiratórias; e sob a ponte Rio-Niterói, cartão-postal de uma ditadura cuja mitificação elegeu o atual presidente do Brasil, mortos e doentes chegam à cifra dos 45 mil. Por essa e outras razões, em 1980 o Brasil grande da ditadura era recordista mundial em acidentes de trabalho, registrando média de 1,5 milhão de casos por ano. O autor expõe ainda que, nesses anos, presidiários eram submetidos a trabalho compulsório não a serviço de algum proveito comunitário ou com vistas a sua reabilitação – esses sim, interesses nacionais –, mas para atender às demandas contábeis da empreiteira Camargo Corrêa no Mato Grosso, interessadíssima na sociedade com os que estavam no poder e em reduzir seus custos. Se até pouquíssimo tempo a quantidade recorde de processos trabalhistas que se alegava existir no Brasil era apresentado como patente de um alegado atraso brasileiro, conforme saudosistas de um passado falacioso, a pesquisa de Campos, na confluência do que demonstra a coletânea, ajuda a desconstruir um aclamado “Brasil grande”.

Portanto, a convergência de interesses políticos e econômicos serviu não apenas para justificar os golpes de Estado no Cone Sul, mas para sustentar as ditaduras que os sucederam. E a percepção desse processo pela historiografia de cada país não foi igual, tampouco a atenção dedicada ao papel das classes trabalhadoras. No Uruguai, por exemplo, tão logo dividiu-se o golpe, uma tentativa de greve geral foi organizada pela *Convención Nacional de Trabajadores*, como mostra capítulo de Porrini, e as consequências dessa tentativa de resistir, ainda que logo reprimida, repercutiram numa mobilização prolongada dos trabalhadores. Mesmo assim os primeiros estudos sobre a ditadura uruguaia concentraram sua atenção nas organizações de esquerda. No caso do Chile, apresentado por Vergara, vê-se que um *Plan Laboral* executado em 1979 sob pretextos modernizadores – o binômio “modernização vs. atraso” sempre aparece entre os que querem ferir direitos –, destruiu conquistas históricas da classe trabalhadora, precarizando agudamente as relações de trabalho ali. Apesar disso, os trabalhadores não deixaram de se adaptar aos restritos espaços de disputa e sempre desfrutaram de atenção na historiografia chilena, inicialmente produzida com caráter multidisciplinar e fora das cátedras universitárias. No Brasil, porém, disputas sobre a responsabilidade pelo “imobilismo” atribuído aos trabalhadores após o golpe de 1964, travadas no âmbito político-partidário e também historiográfico, parecem ter minimizado o papel da classe trabalhadora na história pós-1964. Em primeira hora, como mostram Corrêa e Fontes, os estudos interessados nos mundos do trabalho se ocuparam do período anterior a 1964 ou concentraram-se nas experiências de resistência das organizações armadas. A análise comparativa que a coletânea inspira convida seus

leitores a pensar sobre como e por que as reações da classe trabalhadora ante o golpismo, nem sempre tão dissonantes, ocuparam as páginas da historiografia de maneira desigual nesses países.

No caso da historiografia brasileira, Corrêa e Fontes descrevem o crescente interesse de pesquisadores em entender como a ditadura atingiu os mundos do trabalho, antes com bastante atenção ao chão de fábrica e mais recentemente alcançando outros segmentos, como o serviço doméstico, por exemplo. A indicação que eles fazem sobre categorias ainda pouco exploradas, como comerciários e funcionários públicos, compõe rico filão a ser explorado pela pesquisa em história social, especialmente no caso da burocracia estatal, já que durante o regime militar esses trabalhadores não esbanjavam direitos de dar inveja aos demais, mas estavam, ao contrário disso, submetidos a indicações nepotistas e garantias paternalistas, por isso pesquisas futuras sobre eles hipertrofiarão os argumentos que afirmam o caráter civil-militar do regime, forjado sobre uma aliança que não deixava de reproduzir muito do que seus defensores diziam combater: corrupção, clientelismo etc.

Seja pelas lacunas que aponta, seja pelas conclusões que apresenta, a coletânea é pródiga em demonstrar a convergência de interesses civis e militares sob a vigência dos regimes ditatoriais. Outro mérito dela é apresentar panorama bem desenhado de como essa aliança foi recebida pela historiografia de cada país e o quanto suas peculiaridades históricas influenciaram as formas de entender tais vínculos. Se na historiografia brasileira a ditadura demorou a ser definida pelo duplo substantivo civil-militar, na Argentina, por exemplo, foi diferente. O capítulo de Basualdo demonstra que tanto entre grupos defensores de direitos humanos quanto na historiografia pós-ditadura se reconhecia a aliança forjada por militares e civis durante o período ditatorial, porém, se ali a percepção sobre esse consenso social foi imediata, seus efeitos sócio-políticos não foram necessariamente positivos, já que implicava no risco de diluir as responsabilidades pelos crimes do regime quando havia um vigoroso anseio por justiça – na Argentina, militantes ligados à guerrilha e também autoridades militares foram julgadas e o campo acadêmico acompanhou o processo de judicialização.

A explicação mais imediata para tal distinção, que o livro expande a partir de comparações que permite com Chile, Uruguai e Paraguai, é a discrepância entre os números de mortos e desaparecidos nesses países – critério influente, mas não único. Como a coletânea demonstra repetidas vezes, a contabilidade sobre as vítimas dos regimes ditatoriais possui números crescentes e muitos dos casos não entrariam no cômputo dos crimes contra os direitos humanos, mais expressivos dos horrores de uma ditadura e que na Argentina são exponenciais. Outros tantos milhares de vítimas sofreram um tipo de perseguição menos flagrante e que não acontece apenas em regimes de exceção, por isso se torna mais naturalizada, apesar de igualmente ferina. Grande parte dos prejuízos históricos causados pelas ditaduras atingiu os diversos mundos do trabalho e esse cálculo ainda demanda muita pesquisa. Por isso os caminhos apontados pela coletânea são precisos, provocantes e atuais.

Recebido em 12/12/2018

Aprovado em 14/12/2018